



## DECLARAÇÃO

Para cumprimento do disposto no item 40 do Anexo XXIII da Resolução TC nº 270/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, o **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cachoeirinha**, declara os dados pessoais dos membros dos órgãos colegiados, conforme discriminação abaixo:

### Conselho Administrativo

Nome	CPF	Função	Ente
Alyne Roberta Sobral Alves Jacinto	031.278.104-07	Titular	Prefeitura
Josefa Sobral de Barros	446.498.004-04	Suplente	SINDUPROM
Kátia Jackeline de Araújo Almeida	065.919.004-46	Suplente	Assoc. dos ACS
Lucineide Cícera de Souza	890.128.104-00	Suplente	Prefeitura
Maria Aparecida da Silva <b>(Presidente)</b>	748.432.224-53	Titular	Prefeitura
Maria Edna Araújo Gomes	598.537.604-44	Suplente	Prefeitura
Maria Rosângela Alves de Lima	040.211.194-00	Titular	Assoc. dos ACS
Maria Rosângela Bezerra	470.947.454-00	Suplente	Prefeitura
Sebastião Luciano Macedo Firmino	027.272.764-43	Suplente	Prefeitura
Simone Galdino Pereira de Souza	717.041.164-49	Titular	SINDUPROM

### Conselho Fiscal


Nome	CPF	Função	Ente/Indicador
Ana Maria Inácio da Silva	021.914.684-54	Suplente	Prefeitura
Antônio de Pádua Benevides Sobral <b>(Presidente)</b>	030.287.224-88	Titular	Câmara
Gisely Alves de Almeida	070.246.754-54	Suplente	Assoc. dos ACS
Leila Cristina dos Santos	012.354.664-85	Titular	Prefeitura
Lilian Simões Cavalcante da Silva	031.299.304-85	Titular	SINDUPROM
Lucimara Siqueira Amaral	030.176.284-85	Suplente	Câmara
Maria Lenilma de Luna	000.389.774-54	Suplente	Prefeitura
Maria Viviane Barros Souza	103.598.964-64	Titular	Assoc. dos ACS
Quitéria Emília de Melo Gomes	680.480.684-00	Suplente	SINDUPROM
Valdomiro José Alves	584.371.504-34	Titular	Prefeitura

### Comitê de Investimentos

Nome	CPF	Função	Ente/Indicador
Adriano Gomes de Araújo	680.917.694-04	Membro	Prefeitura
Inocência Simões de Moraes Neto	019.279.334-98	Membro	Prefeitura
Silvanio Alves da Silva	021.729.974-69	Presidente	Prefeitura

A referida expressa única e exclusivamente a verdade, do que damos fé.

Cachoeirinha, 31 de Dezembro de 2024.

  
Adriano Gomes de Araújo  
Diretor-Presidente





**ATA DA OCTOGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA UNIFICADA DOS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CACHOEIRINHA – CACHOEIRINHAPREV, REALIZADA NO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2021.**

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de dezembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), às 09:30hs (nove horas e trinta minutos), foi realizada esta Reunião Ordinária, em atendimento ao que determina o art. 29, I, c/c art. 33, I da Lei Municipal nº 1.165/12, no intuito de ter ciência sobre o andamento dos procedimentos administrativos e fiscais que aos conselhos compete deliberar, de acordo com a Lei alhures citada, presidida em conjunto pelos Presidentes do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal. Inicialmente foram empossados os novos membros do Conselho Administrativo para o biênio de 2021/2024: Alyne Roberta Sobral Alves Jacinto, Maria Edna Araujo Gomes, Maria Aparecida da Silva, Maria Rosângela Alves de Lima e Simone Galdino Pereira de Souza (Titulares), Lucineide Cícera de Souza, Sebastião Luciano de Macedo Firmino, Maria Rosângela Bezerra, Kátia Jackeline de Araujo Almeida e Josefa Sobral de Barros (Suplentes). Em seguida, os conselheiros recém-empossados escolheram a senhora Maria Aparecida da Silva como Presidente e a senhora Alyne Roberta Sobral Alves Jacinto como Secretária do Conselho Administrativo. O Sr. Presidente do Conselho Administrativo, deu seu bom dia a todos os presentes, momento em que agradeceu a presença dos mesmos, inclusive registrando e agradecendo a presença do Diretor-Presidente do CACHOEIRINHAPREV, Sr. Adriano Gomes de Araújo e dos membros do Comitê de Investimentos, Inocêncio Simões de Moraes Neto e Silvanio Alves da Silva. Em seguida, direcionou a palavra para o Sr. Adriano Gomes de Araújo, Diretor-Presidente do CACHOEIRINHAPREV, que de início deu bom dia a todos e apresentou o controle das guias de recolhimentos das contribuições dos servidores e das patronais de cada ente ligado ao RPPS, onde verificou-se que todos os entes fizeram os repasses das contribuições dos servidores e patronais do mês de novembro e do 13º salário/2021. Informou que no último dia 20 de dezembro, todos os entes fizeram o repasse relativo à parcela de novembro/2021 do Plano de Custeio estabelecido na Lei 1.324/2020. O Diretor-Presidente apresentou ainda os saldos e aplicações dos valores existentes nas contas do RPPS, que em novembro/2021 fecharam no patamar de R\$ 24.515.848,69 (vinte e quatro milhões, quinhentos e quinze mil, oitocentos e quarenta e oito reais, sessenta e nove centavos); informou ainda que os rendimentos dos investimentos dos recursos trouxeram para o fundo previdenciário no mês de abril/2021 um retorno de R\$ 314.736,07 (trezentos e quatorze mil, setecentos e trinta e seis reais e sete centavos). Finalizando, apresentou o relatório analítico dos investimentos em novembro, emitido pelo sistema informatizado para acompanhamento diário dos investimentos do RPPS, disponibilizado pela Assessoria LEMA. O Sr. Presidente do Conselho Administrativo retomando a palavra agradeceu ao Diretor-Presidente do RPPS pelas suas colocações, momento em que facultou a palavra, não havendo quem fizesse uso e não existindo mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos os membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos, momento em que deu por encerrada a presente Reunião Ordinária. E para constar, eu, Valdomiro José Alves, lavrei a presente Ata que segue assinada por mim, pelos Srs. Presidentes, e subscrita por todos os presentes que fazem parte do Corpo Deliberativo dos Conselhos Administrativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos do CACHOEIRINHAPREV. Cachoeirinha/PE, em 29 de dezembro de 2021.

**Conselho Administrativo:**

  
- Maria Aparecida da Silva - Presidente

  
- Alyne Roberta Sobral Alves Jacinto - Secretário




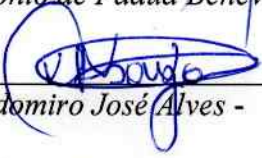




**Membros:**

<u>Josefa Sobral de Barros.</u>	- Josefa Sobral de Barros
<u>Kátia Jackeline de A. Almeida</u>	- Kátia Jackeline de Araujo Almeida
<u>Lucineide Cícera, de Souza</u>	- Lucineide Cícera de Souza
<u>Maria Edna Araujo Gomes</u>	- Maria Edna Araujo Gomes
<u>Maria Rosângela Alves de Lima</u>	- Maria Rosângela Alves de Lima
<u>Maria Rosângela Bezerra</u>	- Maria Rosângela Bezerra
<u>Sebastião Luciano Macedo Firmino</u>	- Sebastião Luciano de Macedo Firmino
<u>Simone Galdino Pereira Souza.</u>	- Simone Galdino Pereira de Souza



**Conselho Fiscal:**

<u></u>	- Presidente
- Antônio de Pádua Benevides Sobral -	
<u></u>	- Secretário
- Valdomiro José Alves -	

**Membros:**

<u>Ana Maria Inácio da Silva</u>	- Ana Maria Inácio da Silva
<u>Leila Cristina dos Santos</u>	- Leila Cristina dos Santos
<u>Lilian Simões Cavalcante da Silva</u>	- Lilian Simões Cavalcante da Silva

**Comitê de Investimentos:**

<u></u>	- Presidente
- Adriano Gomes de Araujo -	
<u>Inocência S. M. Neto</u>	- Membro
- Inocência Simões de Moraes Neto -	
<u></u>	- Membro
- Silvanio Alves da Silva -	

*mas Silva*



**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CACHOEIRINHA CACHOEIRINHA PREV, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2023.**

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), às 19:00h (dezenove horas), na sede do CachoeirinhaPrev, situada na Avenida 31 de Março, 317, Centro Cachoeirinha/PE, foi realizada esta Reunião Extraordinária que foi presidida pelo Diretor-Presidente do CachoeirinhaPrev, o Sr. Adriano Gomes de Araújo e tem como finalidade a escolha e a posse do(a) Presidente e do(a) Secretário(a) do Conselho Fiscal para o biênio 2023/2025. O Diretor-Presidente iniciou cumprimentando os membros presentes e reiterando a importância da presença dos mesmos para o momento. Antes da escolha e posse do(a) Presidente e Secretário(a) para o biênio 2023/2025, o Diretor Presidente dá ciência ao conselho sobre o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP do instituto, que está recebendo notificações de irregularidade em consequência de que a maioria do Comitê de Investimentos não está devidamente certificada. O conselheiro Valdomiro José Alves de Souza, toma a palavra e questiona ao Diretor-Presidente se os conselhos, tanto fiscal como deliberativo, podem solicitar por meio de ofício, a presença dos membros do comitê que não estão devidamente certificados para estarem presentes nas próximas reuniões e se pronunciarem a respeito da atual situação. O Diretor-Presidente afirma que sim, tendo em consideração a regularidade e o bom êxito das atividades exercidas pelo CachoeirinhaPrev. Dando seguimento a finalidade da reunião, o Diretor-Presidente empossou os novos membros do Conselho Fiscal: Leila Cristina dos Santos, Valdomiro José Alves, Ana Maria Inácio da Silva, Maria Lenilma de Luna, Antonio de Pádua Benevides Sobral, Lucimara Siqueira Amaral, Maria Viviane Barros Souza, Gisely Alves de Almeida, Lilian Simões Cavalcante da Silva e Quitéria Emília de Melo Gomes. Logo após, os conselheiros recém-empossados escolheram Antônio de Pádua Benevides Sobral como Presidente e Maria Viviane Barros Souza como Secretária do Conselho Fiscal. Por fim, o Diretor-Presidente facultou a palavra, não havendo quem fizesse uso e não existindo mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Reunião Extraordinária. E para constar, eu, Maria Viviane Barros Souza, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada por todos os presentes. A ata deverá ser digitalizada e publicada no site [www.cachoeirinhaprev.pe.gov.br](http://www.cachoeirinhaprev.pe.gov.br).

  
\_\_\_\_\_  
- Antônio de Pádua Benevides Sobral - - Presidente

  
\_\_\_\_\_  
- Maria Viviane Barros Souza - - Secretária

Membros:

  
\_\_\_\_\_  
- Leila Cristina Santos Raimundo

  
\_\_\_\_\_  
- Lilian Simões Cavalcante da Silva

  
\_\_\_\_\_  
- Valdomiro José Alves de Souza





PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE  
GABINETE DO PREFEITO



LEI Nº 1.376/2022

Atualiza a legislação previdenciária municipal, altera artigos da Lei Municipal nº 1.165 de 1º de junho de 2012 e dá outras providências

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores de Cachoeirinha, aprovou o Projeto de Lei nº **019/2022**, e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º - Os arts. 28 - §4º, 30 e todos os seus paragrafos, 32 - §4º, 34 e todos os seus paragrafos, 37 - §10 e 55-C, alínea c, da Lei Municipal nº 1.165/2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28 (...)

§ 4º. Caso os órgãos explicitados nos Incisos I e III não formalizem sus indicações em 30 (trinta) dias após comunicação do Cachoeirinhaprev, caberá ao Poder Executivo indicar os conselheiros para que não ocorra solução de continuidade.”

“Art. 30. Os Conselheiros farão jus a remuneração na forma de jeton pela participação nas reuniões presenciais, ordinárias do Conselho Administrativo.

§1º. O jeton a que alude o caput do presente artigo terá o valor correspondente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por reunião;

§2º. O pagamento do jeton não se incorpora ao vencimento em nenhuma hipótese e deverá ser suportado pela secretaria/entidade/órgão ao qual o servidor esteja vinculado;

§3º. O valor previsto no §1º será reajustado anualmente, pelo INPC, tomando por base a data da última modificação no valor;

§4º. Para fazer jus à gratificação prevista no caput deste artigo, o Conselheiro necessitará está certificado, na forma exigida pela Secretaria de Previdência Social;

§5º. Os suplentes só serão remunerados quando da ausência do titular;

§6º. O pagamento do jeton deverá ser incluído na Folha de Pagamento como verba/evento específico, no mês subsequente à realização da reunião, mediante comprovação da participação do Conselheiro.

Documento Assinado Digitalmente por: ADRIANO GOMES DE ARAUJO  
Acesse em: <https://etce.icepe.tc.br/epp/validaDoc.seam?CodigoDocumento=42a6490a-9a3b-4121-b386-62fa8727eb6c>



“Art. 32 (...)

§4º. Caso os órgãos explicitados nos Incisos I e III não formalizem sus indicações em 30 (trinta) dias após comunicação do Cachoeirinhaprev, caberá ao Poder Executivo indicar os conselheiros para que não ocorra solução de continuidade.”

“Art. 34. Os Conselheiros farão jus a remuneração na forma de jeton pela participação nas reuniões presenciais, ordinárias do Conselho Fiscal.

§1º. O jeton a que alude o caput do presente artigo terá o valor correspondente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por reunião;

§2º. O pagamento do jeton não se incorpora ao vencimento em nenhuma hipótese e deverá ser suportado pela secretaria/entidade/órgão ao qual o servidor esteja vinculado;

§3º. O valor previsto no §1º será reajustado anualmente, pelo INPC, tomando por base a data da última modificação no valor;

§4º. Para fazer jus à gratificação prevista no caput deste artigo, o Conselheiro necessitará está certificado, na forma exigida pela Secretaria de Previdência Social;

§5º. Os suplentes só serão remunerados quando da ausência do titular.

§6º. O pagamento do jeton deverá ser incluído na Folha de Pagamento como verba/evento específico, no mês subsequente à realização da reunião, mediante comprovação da participação do Conselheiro.

“Art. 37 (...)

§10. O segurado aposentado por invalidez fica obrigado a submeter-se a exames médico-periciais a realizarem-se a cada dois anos, mediante convocação.

(...)”

“Art. 55-C –

(...)

c) .....

1) três anos, quando o pensionista contar com menos de vinte e dois anos de idade;



- 2) seis anos, quando o pensionista tiver entre vinte e dois e vinte e sete anos de idade;
  - 3) dez anos, quando o pensionista tiver entre vinte e oito e trinta anos de idade;
  - 4) quinze anos, quando o pensionista tiver entre trinta e um e quarenta e um anos de idade;
  - 5) vinte anos, quando o pensionista tiver entre quarenta e dois e quarenta e quatro anos de idade;
  - 6) vitalícia, quando o pensionista tiver com quarenta e cinco ou mais anos de idade.
- (...)"

Art. 2º - À Lei Municipal nº 1.165/2012 são acrescentados os seguintes artigos:

“Art. 12-A. A Taxa de Administração para o custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão ou entidade gestora do RPPS, inclusive para conservação de seu patrimônio, deverá observar o disposto nos seguintes parâmetros:

I - financiamento, exclusivamente por meio de alíquota de contribuição incluída no plano de custeio definido na avaliação atuarial do RPPS, da seguinte forma:

a) apuração, na avaliação atuarial, da alíquota de cobertura do custo normal dos benefícios de aposentadorias e pensões por morte, na forma da Portaria MTP Nº 1.467, DE 02.06.2022;

b) adição à alíquota de cobertura do custo normal, a que se refere a alínea "a", de percentual destinado ao custeio da Taxa de Administração, observados os limites previstos no inciso II do caput, na forma da Portaria MTP Nº 1.467, DE 02.06.2022;

c) definição, no plano de custeio proposto na avaliação atuarial, das alíquotas de contribuição do ente federativo e dos segurados do RPPS, suficientes para cobertura do custo normal e da Taxa de Administração, de que tratam as alíneas "a" e "b", na forma da Portaria MTP Nº 1.467, DE 02.06.2022;

d) implementação, em lei, das alíquotas de contribuição do ente federativo e dos segurados do RPPS que contemplem os custos de que trata a alínea "c", na forma da Portaria MTP Nº 1.467, DE 02.06.2022;

e) destinação do percentual da Taxa de Administração à Reserva Administrativa prevista no inciso III do caput, após a arrecadação e repasse das



alíquotas de contribuição de que trata a alínea "d" ao órgão ou entidade gestora do RPPS;

II - limitação dos gastos com as despesas custeadas pela Taxa de Administração, ao percentual anual máximo de 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento), aplicados sobre o somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS, apurado no exercício financeiro anterior ou de 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas, ressalvado o disposto no §7º.

III - manutenção dos recursos relativos à Taxa de Administração, obrigatoriamente, por meio da Reserva que:

a) deverá ser administrada em contas bancárias e contábeis distintas dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios;

b) será constituída pelos recursos de que trata o inciso I do caput, pelas sobras de custeio administrativo apuradas ao final de cada exercício e dos rendimentos mensais por eles auferidos;

c) poderá ser objeto, na totalidade ou em parte, de reversão para pagamento dos benefícios do RPPS, mediante expressa deliberação do Conselho Administrativo, vedada a devolução dos recursos ao ente federativo;

IV - utilização dos recursos da Reserva Administrativa, desde que não prejudique as finalidades de que trata o caput, somente para:

a) aquisição, construção, reforma ou melhorias de imóveis destinados a uso próprio do órgão ou entidade gestora nas atividades de administração, gerenciamento e operacionalização do RPPS;

b) reforma ou melhorias de bens vinculados ao RPPS e destinados a investimentos, desde que seja garantido o retorno dos valores empregados, mediante verificação por meio de análise de viabilidade econômico-financeira;

V - recomposição ao RPPS, pelo ente federativo, dos valores dos recursos da Reserva Administrativa utilizados para fins diversos do previsto neste artigo ou excedentes ao percentual da Taxa de Administração inserido no plano de custeio do RPPS na forma da alínea "c" do inciso I, conforme os limites de que trata o inciso II, sem prejuízo de adoção de medidas para ressarcimento por parte dos responsáveis pela utilização indevida dos recursos previdenciários; e





VI - vedação de utilização dos bens de que trata a alínea "a" do inciso IV do caput para investimento ou uso por outro órgão público ou particular em atividades assistenciais ou quaisquer outros fins não previstos no caput, exceto se remunerada com encargos aderentes à meta atuarial do RPPS.

§1º. Eventuais despesas com prestação de serviços relativos a assessoria ou consultoria, independentemente da nomenclatura utilizada na sua definição, deverão observar os seguintes requisitos, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação do ente federativo ou estabelecidas pelo Conselho Administrativo:

I - os serviços prestados deverão ter por escopo atividades que contribuam para a melhoria da gestão, dos processos e dos controles, sendo vedada a substituição das atividades decisórias da diretoria executiva e dos demais órgãos estatutários do órgão ou entidade gestora do RPPS;

II - o valor contratual não poderá ser estabelecido, de forma direta ou indireta, como parcela, fração ou percentual do limite da Taxa de Administração de que trata o inciso I do caput deste artigo ou como percentual de receitas ou ingressos de recursos futuros.

§2º. A Taxa de Administração prevista no inciso II do caput, desde que financiada na forma do inciso I do caput, destinada ao atendimento das despesas de que trata o § 3º e embasada na avaliação atuarial do RPPS, na forma da Portaria MTP Nº 1.467, DE 02.06.2022, seja elevada em 20% (vinte por cento).

§3º. Os recursos adicionais decorrentes da elevação de que trata o §2º deverão ser destinados exclusivamente para o custeio de despesas administrativas relacionadas a:

I - obtenção e manutenção de certificação institucional no âmbito do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Pró Gestão RPPS, instituído pela Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015, podendo os recursos ser utilizados, entre outros, com gastos relacionados a:

a) preparação para a auditoria de certificação;

b) elaboração e execução do plano de trabalho para implantação do Pró-Gestão RPPS;



c) cumprimento das ações previstas no programa, inclusive aquisição de insumos materiais e tecnológicos necessários;

d) auditoria de certificação, procedimentos periódicos de autoavaliação e auditoria de supervisão; e

e) processo de renovação ou de alteração do nível de certificação;

II - atendimento dos requisitos mínimos relativos à certificação para nomeação e permanência de dirigentes do órgão ou entidade gestora do RPPS, do responsável pela gestão dos recursos e dos membros do Conselho Administrativo, do Conselho Fiscal e do comitê de investimentos, conforme previsto no inciso II do art. 8º-B da Lei nº 9.717, de 1998, e regulação específica, contemplando, entre outros, gastos relacionados a:

a) preparação, obtenção e renovação da certificação;

b) capacitação e atualização dos gestores e membros de conselho e comitê.

§4º. A elevação da Taxa de Administração de que trata o §2º observará os seguintes parâmetros:

I - deverá ser aplicada a partir do início do exercício subsequente ao da publicação da lei de que trata o caput do § 2º, condicionada à prévia formalização da adesão ao Pró-Gestão-RPPS;

II - deixará de ser aplicada se, no prazo de dois anos, contado a partir da data prevista no inciso I, o RPPS não obtiver a certificação institucional em um dos níveis de aderência estabelecidos no Pró-Gestão RPPS;

III - voltará a ser aplicada, no exercício subsequente àquele em que o RPPS vier a obter a certificação institucional, se esta se der após o prazo de que trata o inciso II.

§5º. As despesas originadas pelas aplicações dos recursos do RPPS em ativos financeiros, inclusive as decorrentes dos tributos incidentes sobre os seus rendimentos, deverão ser suportadas pelas receitas geradas pelas respectivas aplicações, assegurada a transparência de sua rentabilidade líquida.

§6º. O financiamento da Taxa de Administração deverá observar o previsto no inciso I do caput, sendo vedada a instituição de alíquota de contribuição segregada daquela destinada à cobertura do custo normal dos benefícios, ou de aportes preestabelecidos, não incluídos no plano de custeio definido na avaliação atuarial do RPPS.





§7º. Não serão considerados, para fins do inciso V do caput, como excesso ao limite anual de gastos de que trata o inciso II do caput, os realizados com os recursos da Reserva Administrativa, decorrentes das sobras de custeio administrativo e dos rendimentos mensais auferidos.”

“Art. 82-B. Fica instituído o Comitê de Investimentos no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cachoeirinha – CACHOEIRINHAPREV, passando a compor a sua organização administrativa como órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de investimentos dos recursos previdenciários.

§1º. O Comitê de Investimentos será constituído por 3 (três) servidores integrantes do quadro de servidores efetivos do Município, indicados e nomeados por Portaria do Chefe do Poder Executivo, na qual será indicado o Presidente do Comitê.

§2º. Os membros do Comitê de Investimentos devem ser certificados na forma exigida pela Secretaria de Previdência Social e terão mandato anual, podendo ser reconduzido;

§3º. Os membros do Comitê farão jus a remuneração na forma de jeton pela participação nas reuniões presenciais e ordinárias;

§4º. O jeton a que alude o caput do presente artigo terá o valor correspondente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por reunião;

§5º. O pagamento do jeton não se incorpora ao vencimento em nenhuma hipótese e deverá ser suportado pela secretaria/entidade/órgão ao qual o servidor esteja vinculado;

§6º. O valor previsto no §4º será reajustado anualmente, pelo INPC, tomando por base a data da última modificação no valor;

§7º. O pagamento do jeton deverá ser incluído na Folha de Pagamento como verba/evento específico, no mês subsequente à realização da reunião, mediante comprovação da participação do Membro.

§8º. O Comitê deverá aprovar, através de resolução, o seu regimento interno.”

“Art. 82-C - Compete ao Comitê de Investimentos:

I - deliberar sobre as alocações dos recursos financeiros;

II - deliberar sobre a Política de Investimentos;



III - apresentação dos resultados financeiros;

IV - avaliação da conjuntura econômica;

V - avaliação do desempenho da carteira de investimentos.

§1º. O Comitê de Investimentos se reunirá mensalmente, ressalvadas as reuniões extraordinárias, que serão convocadas pelo seu presidente, caso necessário.

§2º. O calendário anual de reuniões deverá ser aprovado pelo Comitê de Investimentos, preferencialmente na última reunião do exercício anterior ao exercício de execução e deverá ser divulgado no site do CACHOEIRINHAPREV.

§3º. As deliberações do Comitê dar-se-á pelo voto simples de seus membros.

§4º. Das reuniões do Comitê de Investimentos serão lavradas atas que, assinadas pelos seus membros presentes, serão arquivadas no CACHOEIRINHAPREV e disponibilizadas no seu site oficial.

§5º. As informações relativas aos processos de investimento e desinvestimento de recursos do RPPS serão de pleno acesso aos membros do comitê;”

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário, com especialidade o §3º do art. 12 da Lei Municipal nº 1.165/2012.

Cachoeirinha - PE, 25 de novembro de 2022.

**IVALDO DE ALMEIDA**  
Prefeito





**PORTARIA Nº 129/2023 – GAB.**

**EMENTA:** Nomeia servidores para o Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cachoeirinha e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal, bem como na Lei Municipal nº 1.165/2012, que trata do Regime Próprio de Previdência Municipal de Cachoeirinha:

**RESOLVE:**

Art. 1º - **REVOGAR** a Portaria nº 346/2021 que nomeia os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cachoeirinha – Cachoeirinhaprev, tornando-a sem efeito;

Art. 2º - **NOMEAR** os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cachoeirinha – Cachoeirinhaprev, para o biênio compreendido no período de 10/03/2023 a 09/03/2025, nos termos a seguir:

**- Representantes do Poder Executivo**

- **Titular** – Leila Cristina dos Santos Raimundo – Professora Classe C – Mat. 1.217

- **Suplente** – Ana Maria Inácio da Silva – Recepcionista – Mat. 773

- **Titular** – Valdomiro José Alves de Souza – Auxiliar de Serviços Gerais – Mat. 768

- **Suplente** – Maria Lenilma de Luna – Auxiliar de Serviços Gerais – Mat. 755

**- Representantes do Poder Legislativo**

- **Titular** – Antonio de Pádua Benevides Sobral – Agente Administrativo I – Mat. 011

- **Suplente** – Lucimara Siqueira Amaral – Agente Administrativo I – Mat. 24E

**- Representantes dos Servidores Ativos e Inativos**

- **Titular** – Maria Viviane Barros Souza – Agente Comunitário de Saúde – Mat. 1.287

- **Suplente** – Gisely Alves de Almeida – Agente Comunitário de Saúde – Mat. 1.289

- **Titular** – Lilian Simões Cavalcante da Silva – Professora Classe B – Mat. 823

- **Suplente** – Quitéria Emília de Melo Gomes – Professora Aposentada – Mat. 299



Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de março de 2023.



Ivaldo de Almeida  
- Prefeito -





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA**  
**GABINETE DO PREFEITO**



Documento Assinado Digitalmente por: ADRIANO GOMES DE ARAUJO  
Acesse em: <https://eicetcepo.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d2a6490a-9a3b-4121-b386-62fa8727eb6c

**PORTARIA Nº. 500/2021 – GAB.**

**Nomeia servidores para o Conselho Administrativo do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cachoeirinha e dá outras providências.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal, bem como na Lei Municipal nº 1.165/2012, que trata do Regime Próprio de Previdência Municipal de Cachoeirinha:

**RESOLVE:**

Art. 1º - **REVOGAR** a Portaria nº 422/2018 que nomeia os membros do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cachoeirinha – Cachoeirinhaprev, tornando-a sem efeito;

Art. 2º - **NOMEAR** os membros titulares e suplentes do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cachoeirinha – Cachoeirinhaprev, para o triênio 2021/2024, nos termos a seguir:

**- Representantes do Poder Executivo**

**Titular** – Alyne Roberta Sobral Alves Jacinto – Professora Classe “C” – Mat. 1016

**Suplente** – Lucineide Cícera de Souza – Professora Classe “B” – Mat. 838

**Titular** – Maria Edna Araujo Gomes – Agente Administrativo I – Mat. 570

**Suplente** – Sebastião Luciano Macedo Firmino – Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática – Mat. 974

**Titular** – Maria Aparecida da Silva – Professora Classe “C” – Mat. 814

**Suplente** – Maria Rosângela Bezerra – Professora Classe “A” – Mat. 113

**- Representantes dos Servidores Ativos e Inativos**

**Titular** – Maria Rosângela Alves de Lima – Agente Comunitário de Saúde – Mat. 1124

**Suplente** – Kátia Jackeline de Araujo Almeida – Agente Comunitário de Saúde – Mat. 1283

**Titular** – Simone Galdino Pereira de Souza – Professora Classe “A” – Mat. 840

**Suplente** – Josefa Sobral de Barros – Professora Classe “C” – Mat. 816

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA**  
**GABINETE DO PREFEITO**



Documento Assinado Digitalmente por: ADRIANO GOMES DE ARAUJO  
Acesse em: <https://eide.cepe.ic.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d2a6490a-9a3b-4121-b386-62fa8727eb6c

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de dezembro de 2021.

Ivaldo de Almeida  
- Prefeito -



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA - PE**  
**GABINETE DO PREFEITO**



Documento Assinado Digitalmente por: ADRIANO GOMES DE ARAUJO  
Acesse em: <https://stce.tcepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d2a6490a-9a3b-4121-b386-62fa8727eb6c

**PORTARIA Nº. 001/2024 – GAB.**

EMENTA: Nomeia membros do Comitê de Investimentos e Gestor de Recursos do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cachoeirinha - Cachoeirinhaprev.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 1.376/2022 de 25 de novembro de 2022,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Nomear os membros do **COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CACHOEIRINHA – CACHOEIRINHAPREV**, para o exercício 2024, com atribuições estabelecidas na Lei Municipal nº 1.376/2022:

I - Adriano Gomes de Araujo  
Diretor-Presidente da Unidade Gestora  
Membro

II – Inocêncio Simões de Moraes Neto  
Gerente Administrativo-Financeiro da Unidade Gestora  
Membro

III – Silvanio Alves da Silva  
Gerente de Previdência e Benefícios da Unidade Gestora  
Presidente

**Art. 2º** - Os membros do Comitê de Investimentos ora nomeados e empossados, desempenharão suas funções sem prejuízo de suas atribuições normais e farão jus à gratificação estabelecida no Art. 82-B, III, §3º da Lei Municipal nº 1.376/2022.

**Art. 3º** - Nomear como **Gestor de Recursos do RPPS**:  
Inocêncio Simões de Moraes Neto  
Gerente Administrativo-Financeiro da Unidade Gestora

**Art. 4º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de janeiro de 2024.

**IVALDO DE ALMEIDA**

**- Prefeito -**